

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA): METHODOLOGICAL PERSPECTIVES AND MEANINGFUL LEARNING

Aline Benedita Teixeira de Oliveira¹
Martha Barbosa Lima¹
Eliane Aparecida Toledo Pinto²

1. Alunas do curso de Pedagogia (2º ano/ 4º semestre), da Universidade Sagrado Coração de Bauru/SP.

2. Profa. Dra. da Universidade Sagrado Coração de Bauru/SP

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

RESUMO

A EJA é uma modalidade de ensino que oportuniza a jovens e adultos, que não tiveram acesso ao ensino regular; ou dele foram excluídos por algum motivo; terminarem sua escolarização. Todavia, para que a Educação de Jovens e Adultos assuma o caráter inclusivo precisa oferecer aos indivíduos que agrega uma aprendizagem significativa e os métodos utilizados pelos professores para transmitir os conteúdos da grade curricular, interferem diretamente nesse processo. O presente trabalho justifica-se, portanto, na busca de sugerir ações metodológicas que corroborem para a melhoria dos cursos da EJA. Inicia-se com a descrição do percurso histórico e legislativo dessa modalidade educacional no país, reflete sobre a relação existente entre os instrumentos metodológicos e a aprendizagem significativa e expõe a opinião de ex-alunos e de uma docente sobre a EJA,

Recebido em: 04/09/2012
Aceito em: 17/01/2013

intentando saber até que ponto essa educação é capaz de mudar a vida dessas pessoas. Por meio de pesquisa qualitativa e questionários, depreendeu-se que conhecer os alunos e a realidade da qual fazem parte, adequar os conteúdos curriculares a vida dos educandos, valorizar os conhecimentos prévios dos jovens e adultos que frequentam a EJA e relacionar os conteúdos escolares ao cotidiano desses alunos de maneira interdisciplinar são práticas que devem estar presentes nas ações que visam promover uma aprendizagem significativa, fornecendo aos alunos o acesso aos instrumentos que podem transformar suas vidas.

Palavras-chave: EJA. Metodologia. Aprendizagem Significativa.

ABSTRACT

The EJA is a type of education that provides opportunities for youth and adults, who had no access to regular education, or it was deleted for some reason, to finish their schooling. However, for the Education of Youth and Adults achieve its inclusiveness, it must offer individuals a significant learning. Furthermore, the methods used by teachers to convey the contents of the curriculum, directly interfere in this process. The present work seeks to suggest methodological actions for the improvement of adult education courses. It begins with a description of the historical and legal background of this educational modality in Brazil, discuss the relationship between the methodological tools and meaningful learning and exposes the view of former students and a teacher on the EJA, aiming to understand in to what extent this education can change the lives of these persons. Through qualitative research and Questionnaires it was concluded that to know the students and the reality in which they live, to tailor the curricula to life of students, to value the previous knowledge of young people and adults that attend EJA and to link the contents to the day-life of these students are an interdisciplinary practices that should be present in the actions to promote meaningful learning by providing students with access to tools that can transform their lives.

Key Words: EJA. Methodology. Meaningful Learning.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino inclusiva porque oferece as pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular, ou dele foram excluídos, a oportunidade de terminarem sua escolarização.

A Educação de Jovens e Adultos vem contribuir para a igualdade social numa sociedade onde o código escrito ocupa lugar privilegiado, onde a leitura e a escrita são bens relevantes e o não acesso a eles, [...] impede o atingimento da cidadania plena; vem reparar o direito a escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade do ser humano na sociedade (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 69).

Todavia, para que essa inclusão se efetive, a EJA “deverá voltar suas atividades para o atendimento dessa população, incentivando suas potencialidades, promovendo sua autonomia, levando seus alunos a serem sujeitos do aprender a aprender, apropriando-se, gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver” (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 68). Em outras palavras, a educação de adultos precisa possibilitar aos educandos uma aprendizagem significativa, viabilizando uma participação ativa no mundo letrado ao qual pertencem.

Entendendo que a aprendizagem significativa está intimamente ligada a qualidade do ensino-aprendizagem, que se mede, pela aquisição ou não, pelos discentes, das ferramentas que permitem interferir e transformar a realidade. E, consciente do papel relevante que os métodos utilizados pelos professores desempenham nesse processo, o presente trabalho visa sugerir ações metodológicas que corroborem para a melhoria dos cursos da EJA.

Para tanto, buscou-se, por meio de pesquisa qualitativa em livros, artigos e sites que oferecem esclarecimentos sobre o tema em tela ou sobre assuntos a ele relacionados, descrever o itinerário histórico e normativo dessa modalidade educacional no país, apresentar quem são os alunos da EJA e refletir sobre a relação existente entre os instrumentos metodológicos e a aprendizagem significativa. Bem como, expor a opinião de ex-alunos e de uma docente sobre a EJA, para saber até que ponto essa educação é capaz de transformar a vida dos indivíduos que agrega.

UM BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação formal, no Brasil, teve início com a chegada dos jesuítas em 1549:

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas 15 dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola de “ler e escrever” (ARANHA, 2006, p. 140).

Dessa forma, no período colonial, o ato educativo era uma ação missionária. Mas, também se ensinava aos educandos, que eram, em grande parte, negros e indígenas adultos, padrões de conduta, trabalhos manuais, ensino agrícola e língua portuguesa (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 108). Posteriormente, os jesuítas se encarregaram, ainda, da instrução dos colonos e de seus filhos, por meio das escolas de humanidades.

O período Imperial foi marcado pela promulgação da primeira Constituição brasileira, em 1824. Nela, a educação primária gratuita manifestou-se como direito de todo o cidadão.

No início do século XX, o modelo econômico agroexportador começa a perder espaço para um modelo econômico industrial. Progressivamente, as pessoas saem da zona rural e se aglomeram nos centros urbanos, em busca de emprego. No entanto, esses novos postos de trabalho careciam serem preenchidos por mão de obra qualificada.

Nessa conjuntura, principalmente a partir da década de 1940, a educação de jovens e adultos atrai olhares, e passa a ser vista “como um problema de política nacional” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.110). Articulam-se, então, movimentos que primavam pelo acesso da população à cultura letrada. Destacando-se no âmbito nacional, o Serviço de Educação de Adultos (SEA), A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Educação Rural, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, etc. e no âmbito internacional, a criação da UNESCO, em 1945.

Como resultado dos esforços empreendidos neste período os índices de analfabetismo caíram consideravelmente. Ademais, essas mobilizações propiciaram o debate e a reflexão sobre a educação

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

de adultos, que culminou em uma mudança de paradigma, expressa numa:

preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira” e num olhar que vislumbrava na instrução dessas pessoas um “instrumento de conscientização. (SAVIANI, 2010, p. 316).

Aflora, nesse ínterim, como maior representante dessa concepção, o Prof. Paulo Freire.

O método Paulo Freire fundamentava-se numa pedagogia libertadora. A instrução destinada aos adultos, não era mais um fim em si mesma, prevendo mais do que a alfabetização, estabelecendo um elo de sentido entre os conteúdos e a vida dos indivíduos, possibilitando a tomada de consciência e a consequente criticidade na contemplação do mundo.

Nos anos que se seguiram, instaurou-se com o Golpe Militar de 1964 um regime autoritário e Paulo Freire foi preso e exilado, porque suas atividades eram vistas como uma ameaça à estabilidade da norma vigente.

Concomitantemente a repressão aos movimentos tidos como subversivos, o Estado incentiva programas de caráter conservador, como a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), já que:

[...] este setor da educação – a escolarização básica de jovens e adultos – não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir. Havia ainda a necessidade de dar respostas a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.114).

Nesse viés de intenções, aprovou-se pela Lei nº 5.379/67 o Movimento Brasileiro de Alfabetização, MOBRAL, que se diferenciava da concepção freiriana, em muitos aspectos, mas essencialmente, no objetivo de condicionar os indivíduos para a manutenção do *status quo*.

Em 1989, a Fundação Educar (programa de alfabetização implantado em lugar do MOBRAL), juntamente com o MEC, convocou uma comissão de especialistas para desenvolver pesquisas e discussões no campo da EJA, alcançar o objetivo decenal de

alfabetização e preparar-se para o Ano Internacional de Alfabetização, definido pela UNESCO, para 1990 (MACHADO, 1998, p. 2).

Todavia, com a sucessão presidencial, a Comissão foi desmantelada e a Fundação Educar substituída pelo Programa Nacional de Alfabetização para a Cidadania - PNAC.

Com o “Impeachment”, assumiu a presidência Itamar Franco e uma nova comissão foi formada para articular discussões em torno da questão da EJA. Dessas arguições, emergiu o documento de “Diretrizes para uma política Nacional de Educação de Jovens e Adultos”, mas muito pouco se fez de concreto para viabilizar o acesso e a qualidade à educação de adultos.

Em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei Darcy Ribeiro e do Programa Alfabetização Solidária (PAS), rompeu com os trabalhos de seu antecessor.

Nota-se neste período a presença da iniciativa privada na Educação de Jovens e Adultos, como no caso da:

[...] Fundação Roberto Marinho, através da implantação do telecurso, em 1998. Os interessados poderiam ter aulas em sua casa, pela TV, logo nas primeiras horas da manhã ou através das diversas telessalas distribuídas pelo país. Esse programa também fez parcerias com a Fiesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Sesi (Serviço Social da Indústria), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e IRS (Instituto Roberto Simonsen). (MAGAGNA, 2009, p. 21).

No governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, “que tem por princípio o engajamento de toda a população nessa causa, qual seja a de alfabetizar jovens e adultos”. (MAGAGNA, 2009, p. 21).

Atualmente, “o que se vê concretizando em termos de políticas públicas para a EJA, pode se resumir em duas frentes: uma primeira que se refere à descentralização das responsabilidades, promovendo uma ampla participação de todos os setores da sociedade”, delegando o dever pelo desenvolvimento e sucesso dessa modalidade, sem, no entanto, nortear esse processo e dar condições mínimas para sua efetivação; e “a segunda se refere à proposta de educação à distância” (MACHADO, 1998, p. 9) que ainda não está estruturada sobremaneira em nosso país para garantir ao educando de características tão peculiares, a aquisição dos conhecimentos que propiciam o exercício pleno de sua cidadania. Isso culmina numa formação deficitária e excludente, já que, embora escolarizados, os alunos não dominam os conteúdos curriculares nem conseguem relacioná-los com as experiências vivenciadas em seu cotidiano.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

O ITINERÁRIO NORMATIVO DA EJA

Da constituição imperial de 1824 à constituição da república de 1988

A Educação de Jovens e Adultos inicia seu percurso legal no país, a partir da Constituição Imperial de 1824, que no parágrafo XXXII, do artigo 179, garante a instrução primária, e gratuita para todos os cidadãos. Entendendo como cidadãos “uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica [...] do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 109).

Em conformidade com a Carta Magna, o Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, criou cursos noturnos de alfabetização, nas escolas públicas de educação elementar, para “todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos” (art. 5º), ministrados no município da Corte.

O Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que “ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho” (SAVIANI, 2010, p. 136), buscou:

estimular a alfabetização dos adultos, exigindo a leitura e escrita, dando preferência para obtenção de empregos nas oficinas do Estado aos indivíduos que cursaram a instrução primária. (MACHADO, 2006, p.1).

Em 1881, anos finais do império, a Lei Saraiva “pela primeira vez na história do país, proibiu o voto dos analfabetos, exclusão esta que só foi sanada com a Constituição de 1988, decorridos mais de cem anos” (ALENCAR, CARPI e RIBEIRO, 1994, p. 210-211 *apud* FERRARO, 2004, p. 114).

O Decreto nº 13, de 1890, do Ministério do Interior, “segundo uma tradição vinda do final do Império” prevê a manutenção de “cursos noturnos de ‘instrução primária’ por ‘associações civis’, que poderiam oferecê-los em estabelecimentos públicos, desde que pagassem as contas de gás” (BRASIL, 2000, p.15).

A primeira Constituição Republicana, em 1891, delegou “a responsabilidade pública pelo ensino básico” para as “Províncias e Municípios”, tornando o ensino elementar vulnerável a “fragilidade financeira das Províncias” e aos “interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente”. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 109).

A Conferência Interestadual de 1921, “acabou por sugerir a criação de escolas noturnas voltadas para os adultos com a duração de um ano” (BRASIL, 2000, p. 16). E, a Lei Rocha Vaz, em seu artigo 27, incorporou essa ação.

A Constituição de 1934, no artigo 150, alínea *a*, apontou como direito do cidadão e dever da União, “o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos”.

Em 1936/1937, o Plano Nacional de Educação:

[...] que não chegou a ser votado devido ao golpe que instituiu o Estado Novo, possuía todo o título III da 2ª parte voltado para o ensino supletivo. Destinado a adolescentes e adultos analfabetos [...] o ensino supletivo deveria conter disciplinas obrigatórias e sua oferta seria imperativa nos estabelecimentos industriais e nos de finalidade correcional (BRASIL, 2000, p.17).

Em 25 de agosto de 1945, o Decreto Federal nº 19.513, em seu artigo 4º, inciso II, determinava que “a importância correspondente a 25% de cada auxílio federal” seria “aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde” (BRASIL, 1945 *apud* BRASIL, 2000, p.18 e 19).

O Decreto-lei nº 8.529, Lei Orgânica do Ensino Primário, em 2 de janeiro de 1946:

[...] reserva o capítulo III do Título II ao curso primário supletivo. Voltado para adolescentes e adultos, tinha disciplinas obrigatórias e teria dois anos de duração, devendo seguir os mesmos princípios do ensino primário fundamental (BRASIL, 2000, p. 19).

A Constituição de 1967 “traz uma importante contribuição, pois declara a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos, auxiliando dessa maneira, na dominação da evasão escolar, reduzindo o número de crianças fora dos bancos escolares e, conseqüentemente, de adultos analfabetos” (VILLALOBOS, 1978, p. 138 *apud* MAGAGNA, 2009, p.20).

A Constituição de 1988 prevê a erradicação do analfabetismo e dá um passo importantíssimo para a integridade cidadã do analfabeto, conferindo-lhe o direito de votar.

A constituição estabeleceu, também, “que a educação infantil e o ensino fundamental sejam oferecidos e supervisionados pelos municípios, e ainda no caso do fundamental, designa às cidades a responsabilidade de oferta da Educação de Jovens e Adultos”. (MAGAGNA, 2009, p. 23).

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

A EJA nas leis de diretrizes e bases da educação nacional e no Mobral

Antes da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, “os exames dos que não haviam seguido seriação só eram possíveis em estabelecimentos oficiais”. A partir dela, omitiu-se “os responsáveis pelos exames. Assim, ao lado dos estabelecimentos oficiais, as escolas privadas, autorizadas pelos Conselhos e Secretarias, passaram também a realizá-los” (BRASIL, 2000, p. 20).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, “chegava com a proposta de acabar em dez anos com o analfabetismo, classificado como ‘vergonha nacional’ nas palavras do presidente militar Médici” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 115 e 116). No entanto, este programa foi utilizado pelo governo para:

[...] ampliar junto às camadas populares as bases sociais da legitimidade do regime [...] não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento [...] de segurança interna (PAIVA, 1982, p. 99 apud HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 114).

O movimento originado na ditadura militar se extinguiu em 1985, com a redemocratização do país.

Com a Lei nº 5.692/71, o ensino supletivo ganhou capítulo próprio, o que possibilitou uma melhor organização dessa modalidade de ensino perante as leis e o sistema educacional. A LDB de 1971 trouxe, ainda, “pela primeira vez a orientação explícita da educação para o trabalho” (MAGAGNA, 2009, p. 20).

O Parecer do Conselho Federal de Educação n. 699, de julho de 1972, escrito por Valnir Chagas e o documento “Política para o Ensino Supletivo”, de setembro de 1972, de autoria do mesmo, contribuíram de maneira efetiva para explicitar as características e os fundamentos do ensino que se esperava promover para os jovens e adultos, a partir da LDB promulgada em 1971, a saber, suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, proporcionar estudos de aperfeiçoamento ou atualização, formação metódica no trabalho e, prioritariamente, formação de recursos humanos para o trabalho (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 117).

Com as transformações sofridas pelo país nas décadas posteriores, houve a necessidade de se implantar uma nova lei de diretrizes para a educação. Assim, em 1996, foi aprovada a Lei n. 9.394.

Infelizmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, trata de maneira sucinta a educação de adultos, deixando vagos muitos aspectos importantes, como por exemplo, “as ações que vão garantir a permanência dos jovens e adultos na instituição escolar”. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2009, p. 262).

A LDB de 1996 trouxe, ainda, uma novidade: a alteração da idade mínima para realizar os exames de suplência e/ou ingressar nos cursos da EJA.

Com a redução considerável da idade mínima, cada vez mais jovens deixam o ensino regular para pouco mais tarde, terminarem sua escolarização pela EJA, o que aumenta ainda mais a demanda de atendimento nessa modalidade educacional.

Apesar do grande fluxo de pessoas atendidas pela EJA, à aprovação da Emenda Constitucional nº 14/1996:

[...] suprimiu das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 o artigo que envolvia o poder público e os setores organizados da sociedade no esforço a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental até 1998, desobrigando o governo federal de aplicar com essa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação (HADDAD, 2007, p. 197).

Para auxiliar nessa questão, o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), através do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), “elabora e disponibiliza a prova, ou ‘Provão’ como é conhecido popularmente, para o Estado de São Paulo. As cidades que querem assinar um termo de adesão, ficando com a responsabilidade de aplicação da prova e certificação. Mas a avaliação é corrigida pelo Inep” (MAGAGNA, 2009, p. 23). Assim, as pessoas interessadas, ao serem aprovadas recebem o certificado de conclusão de nível fundamental e médio.

Com isso, segundo Magagna (2009):

[...] anualmente, aos jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino é oferecido o teste de escolaridade para certificá-los, mas não o espaço de uma sala de aula que possibilite a apreensão do currículo, de forma que esse conhecimento propicie ao educando a sua formação individual e coletiva, com subsídios necessários que viabilizem a consciência crítica, moral e ética pretendida (MAGAGNA, 2009, p. 23).

Diante do exposto, é evidente que muito ainda precisa ser feito para que o contingente peculiar atendido pela EJA receba uma educação de qualidade.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

REFLEXÕES SOBRE O PERFIL DOS ALUNOS E O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO ADOTADO NA EJA

Quem são os alunos da EJA?

Os alunos atendidos pela EJA formam um grupo muito diversificado, que venceu barreiras para estar de volta à escola e que luta diariamente contra o cansaço e outros obstáculos de sua vida cotidiana para estar na sala de aula. Essas pessoas não estão lá em vão, elas voltam a estudar “por necessidade (o mercado de trabalho e a sociedade valorizam altamente o saber letrado), desejo (realização dos sonhos, de projetos de vida) e direito (conquista de algo que lhe é devido)” (FONSECA, 2005 *apud* SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p.21). São indivíduos que possuem muitos conhecimentos, mas são taxados como “repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis...” (ARROYO, 2001 *apud* ANDRADE, 2004), porque a conjuntura social os discrimina, pelos saberes formais que não dominam, por não haverem concluído sua escolarização.

Conteúdos curriculares X aprendizagem significativa na EJA

O professor irá transmitir ao aluno os conteúdos propostos na grade curricular, para isso utiliza metodologias, atuando como “tradutor da ideia oficial para o contexto da prática”. (CRUZ, 2007, p. 103).

A seleção do instrumento metodológico precisa, portanto, ser consciente, porque essa escolha desencadeia uma série de fatores, que serão positivos ou negativos.

Em se tratando da EJA, Oliveira (2007) aponta como fatores negativos provocados por métodos impróprios, a abordagem tradicional dos conteúdos, o trabalho amparado no senso comum, à infantilização do adulto, a desvalorização dos conhecimentos prévios dos alunos e a falta de relação entre os conhecimentos escolares e as experiências vivenciadas cotidianamente pelos educandos.

A abordagem tradicional dos conteúdos ratifica-se nas salas de aula por meio de ações que veem o aluno como receptor de

informações e o docente, juntamente com os livros didáticos, como fontes únicas de conhecimento. Nesse contexto, os alunos devem ouvir atentamente o professor e memorizar os saberes fornecidos por ele, para transcrevê-los nos dias marcados para a avaliação.

Santomé (1998, p. 3 *apud* SOEK, 2010, p. 80) aponta que “o problema das escolas tradicionais, nas quais se dá uma forte ênfase aos conteúdos apresentados em pacotes disciplinares, é que não conseguem que os alunos e alunas sejam capazes de ver esses conteúdos como parte de seu próprio mundo”, ou seja, “os conteúdos são trabalhados de forma estanque, fragmentados e sem contextualização, de modo que os educandos não percebem o significado deles, o que dificulta a aprendizagem”. (SOEK, 2010, p. 80).

Hoje, sabe-se que o conhecimento não está “nem fora nem dentro” dos indivíduos, que ele “se constrói na relação dos seres humanos com o mundo” (BARRETO *et al.*, 2006, p. 23) e que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção” (FREIRE, 1996, p. 47 *apud* SOEK, 2010, p. 8).

Esta visão denota o aluno como sujeito ativo na construção do seu saber e prevê uma mudança de postura nas classes da EJA, que passam a ter a responsabilidade “de ser marcada pelas atividades que envolvem o pensamento, em detrimento das que apontam a mera memorização do que se pretende ensinar”. (BARRETO, *et al.*, 2006, p.29).

O segundo aspecto nos alerta para o fato de que falta, muitas vezes, uma fundamentação teórica explícita na prática docente. Mas, de maneira consciente ou não, “o professor contribui, através das abordagens pedagógicas que adota e utiliza, para a produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais de certos grupos sociais em detrimento de outros” (CRUZ, 2007, p. 104). Daí que “para agir e ao fazê-lo, nós precisamos saber para que agimos. Do contrário corremos o risco de atuar num sentido que não é aquele exigido pela situação que nos solicita”. (SAVIANI, 2000, p. 64).

Outra grande problemática atual é a metodologia que infantiliza o jovem e o adulto ao não respeitar suas histórias de vida, bem como vivências que os distanciam do universo infantil (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 112).

Não podemos nos esquecer de que, embora, esse aluno esteja frequentando um nível de ensino que foi originalmente criado para crianças, ele não é uma criança (FONSECA, 2005 *apud* SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 21). Conseqüentemente, outro aspecto

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

negativo citado é a desvalorização dos conhecimentos prévios dos jovens e adultos que frequentam os cursos da EJA. Faz-se necessário conhecer, respeitar e valorizar esses conhecimentos, porque “a escola não é o único espaço onde se aprende” (BARRETO *et al.*, 2006, p.6) e “esse conhecimento servirá de alicerce para a aprendizagem que a EJA vai proporcionar”. (SCHEIBEL; LEHENBAUER, 2006, p.129).

Agindo dessa maneira o professor estará apto para driblar um outro desafio presente nas salas de aula da EJA: a falta de relação entre os conteúdos escolares e as vivências dos aprendizes. Reconhecer o aluno, enquanto sujeito inserido num contexto social é o primeiro passo para a efetivação dessa prática (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 139). Uma vez que, conhecendo os alunos e a sua realidade o docente pode planejar melhor as atividades e “o aluno da EJA” consegue “perceber, em cada conteúdo trabalhado, a finalidade da sua formação”. (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 129).

Outro elemento que corrobora para uma aprendizagem significativa no cotidiano escolar é a abordagem interdisciplinar dos conteúdos. Essa postura oferece

um salto qualitativo às finalidades educacionais propostas anteriormente, pois a leitura da realidade é enriquecida com as relações que podem ser estabelecidas entre as áreas do conhecimento, tecendo assim, a complexa teia que é a consciência crítica sobre o mundo. (SCHEIBEL; LEHENBAUER, 2006, p.192).

Uma palavra de quem entende: a opinião de ex-alunos e de uma docente sobre a EJA

A Educação de Jovens e Adultos diante do olhar de seus formandos

A fim de conhecer a opinião de ex-alunos sobre a EJA, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando para isso um pequeno questionário.

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas

(LIEBSCHER, 1998). As principais características dos métodos qualitativos são: a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN & DUCHON, 1988). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade (BRADLEY, 1993).

Para Gómez e colaboradores (1999), a pesquisa qualitativa situa-se entre as pesquisas de paradigma emancipatório enquadrando-se como a das teorias pedagógicas críticas e segundo Saviani (1994) “essas teorias partem do pressuposto de que a função da educação é a instrumentalização dos sujeitos para uma prática social transformadora”.

As pessoas convidadas a responder demonstraram uma certa timidez e alguns reagiram de maneira defensiva ao serem questionados sobre sua formação. A pergunta “Você estudou em curso supletivo?”, soou a alguns como uma ofensa.

Percebeu-se que as pessoas que não estudaram na EJA apresentaram um certo preconceito em relação aos que estudaram. Uma mulher de mais de 50 anos e um homem de aproximadamente 65 anos de idade fizeram o seguinte comentário: “Será que quem estudou pelo supletivo é capaz de responder esse questionário?... (risos)”.

Uma pessoa (homem de aproximadamente 40 anos) se negou a responder alegando que não teria nada a dizer já que “apenas fez uma prova e conseguiu o diploma”.

Foram entregues cinco questionários, sendo dois respondidos por mulheres (M1; M2) e três respondidos por homens (H1; H2; H3), dos quais se extraíram as seguintes informações:

Em relação ao ano em que cursaram o supletivo, 02 (H2; H3) no ano de

1999, 01 (H1) nos anos de 2002 e 2003, 01 (M1) em 2002, 01 (M2) não se lembra por “já haver passado muito tempo”.

Percebe-se que em 40% dos casos, a busca pela EJA teve relação com o trabalho:

Por ser uma opção que conciliaria com meu horário de trabalho. (H2).
Porque é o caminho mais curto para quem trabalha. (H3).

Dos ex-alunos, 40% asseguraram que os estudos na EJA os auxiliaram a ingressar no atual emprego:

[...] prestei concurso público no qual havia quase 87.000 mil candidatos para 1.300 vagas. (H1).
[...] funcionário público concursado através do meu estudo no supletivo. (H3).

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

O H2 manifestou que o estudo foi fundamental para sua promoção, no cargo que ocupa atualmente. E, três pessoas viram na EJA um meio de angariar conhecimentos e ingressar em concursos públicos:

Para buscar conhecimento, estar mais preparada para prestar concursos. (M1)

Aos 22 anos de idade, meus amigos a maioria estavam prestando diversos tipos de concurso, eu não podia prestar, por ter parado aos 10 anos na 4ª série do ensino fundamental. (H1)

[...] angariei conhecimentos na época para concurso. (M2)

Os questionados foram unânimes ao afirmar que as matérias tinham relação com a sua vida e 80% dessas pessoas, disseram utilizar algum conhecimento escolar em seu cotidiano.

Quatro (M1; M2; H1; H3) pessoas avaliaram o ensino supletivo como bom e 01 (H2) como ótimo.

Diante das respostas concedidas, percebe-se que a baixa-estima e o preconceito se faz presente quando o assunto é a formação no todo, ou em parte pela EJA. Todavia, salienta-se, aqui, um fato que tende a corroborar para a superação dessa visão distorcida que paira sobre o ensino de jovens e adultos, denotando a importância da manutenção e qualidade desses cursos: todos os ex-alunos dessa modalidade de ensino, que responderam ao questionário, acreditam que os estudos os auxiliaram a alcançar os seus objetivos, dando-lhes condições de transformar suas vidas.

Relatos de uma experiência: a EJA do ponto de vista docente

Colaborando com uma das finalidades a que se propõe o presente trabalho, a saber, a opinião docente sobre a modalidade educacional em tela, Ana Lourdes Silva³, expressou suas considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos, advindas do fruto de sua experiência na área. As assertivas foram registradas em questionário.

Atualmente, Ana é professora coordenadora de uma escola estadual, localizada no município de Bauru, estado de São Paulo. Atua no magistério há 19 anos e na Educação de Jovens e Adultos há 08 anos.

3 Com vistas a se preservar a identidade da docente questionada foi utilizado nesse trabalho um nome fictício.

Ana, “teve orientações, ou seja, capacitações voltadas para orientar os professores da EJA” sem, todavia possuir alguma especialização na área.

Os professores não são treinados para trabalharem com a EJA, o que eles fazem é dentro do conteúdo, trabalham os pontos principais.

O que significa dizer, que seguem o mesmo conteúdo programático da educação básica, excluindo os assuntos considerados irrelevantes e focando as matérias e atividades que, acreditam, contribuem de maneira efetiva para a formação do educando da EJA.

Dentro desse contexto é relevante expor que foi somente, “a partir de 2010”, que as orientações destinadas aos docentes “foram voltadas para a EJA, ou seja, o professor conseguia trabalhar de forma que o aluno da EJA era contemplado com o mesmo tema, mas de forma adequada”.

Em relação aos recursos, “livros didáticos, paradidáticos e os cadernos do aluno”, disponibilizados pela Secretaria da Educação, a professora afirma serem de “excelente qualidade” e enfatiza que “os paradidáticos para a leitura dos alunos é de suma importância”.

Ao ser indagada sobre a coerência desse material com a realidade dos alunos afirmou que:

O caderno do aluno era utilizado, o mesmo para o ensino regular, e é coerente com a realidade dos alunos.

Ana acredita na Educação de Jovens e Adultos e para ela:

[...] a EJA, não deveria acabar, como está sendo feito nas escolas estaduais; pois a procura é grande, abrange pessoas com certa idade e que precisa terminar os estudos o mais rápido possível; e hoje o EJA se concentra mais no CEESUB

A “falta de capacitação por parte da secretaria da educação para os professores da EJA” foi citada como a maior dificuldade encontrada em sua prática profissional e, conseqüentemente, ao ser solicitada a dar uma sugestão, que de seu ponto de vista, corroborasse para a plenitude dos cursos da Educação de Adultos, Ana elencou a:

Capacitação dos professores; e material adequado, voltado para a EJA.

Percebe-se aqui uma contradição: em falas anteriores a professora coordenadora afirmou que apesar dos materiais utilizados

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

serem advindos da Educação Básica, eram coerentes com a realidade vivida pelo educando da EJA e nesse trecho manifesta a necessidade dos cursos para adultos possuírem um material próprio, voltado para suas peculiaridades.

No decorrer do discurso expresso por Ana, ratifica-se o vínculo entre a Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho, a falta de capacitação docente e de materiais adequados para esse público. Todavia, ressalta-se também a confiança depositada nesses cursos, no sentido de que eles oportunizam e viabilizam as pessoas a chance de terminarem sua escolarização de maneira qualitativa, enquanto que intrinsecamente, manifesta-se um receio em relação à redução da EJA ao CEESUB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de adultos vem sendo preterida em relação ao ensino regular, no que tange às políticas públicas. Nas legislações brasileiras, durante muito tempo foi apenas citada aqui e ali, visando à alfabetização de pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular, através de cursos oferecidos, predominantemente, no período noturno. Em alguns momentos; Lei Saraiva e a Constituição de 1891; retrocedeu em relação à educação destinada aos adultos. E, a sucessão de governos foi um entrave na progressão de bons programas, desarticulando práticas significativas de inclusão. Os discursos que enredaram a EJA nem sempre ou quase nunca se efetivaram na prática, dessa forma, muito embora, as intenções legais “fossem boas”, muito pouco se fez.

Pode-se perceber que a partir da década de 40 a educação de adultos passa a ser reconhecida e a receber um tratamento particular que se intensificou com as promulgações das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tivemos exemplos de muitos programas, governamentais e não governamentais, que primavam por uma educação efetiva desse público, dando-lhes os instrumentos necessários para o exercício da cidadania, enxergando-os dentro de suas especificidades e respeitando o contexto a que pertencem. Todavia, muito ainda precisa ser feito para que o contingente peculiar atendido pela educação de adultos receba uma educação de qualidade.

O que não significa dizer, que devemos esperar que as coisas aconteçam para depois agirmos. Muito pelo contrário, devemos agir para que as mudanças ocorram. Nesse sentido, repensar as práticas

cotidianas, auxilia-nos a evitar ações inadequadas e permite-nos alcançar bons resultados na educação de adultos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os sujeitos educandos na EJA**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/saltofuturo_eja_set2004_progr3.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2012.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3^o ed ver e amp. São Paulo: Moderna, 2006.

BARRETO, Vera et al. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunas e alunos da EJA**. Portal MEC, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf> Acesso em 25 jun. 2012.

BARRETO, Vera et al. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: o processo de aprendizagem dos alunos e professores**. Portal MEC, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno5.pdf> Acesso em: 12 jul. 2012.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 431-449, Oct. 1993.

BRASIL, Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf> Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL, Decreto nº 7.031 – A, de 06 de setembro de 1878. Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1^o gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1878, p. 711, v. 1. Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/>

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis%201878/pdf74.pdf#page=7> Acesso em: 24 jun. 2012

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em: 25 jul. 2012

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2012

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**: MOBREAL. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.html>> Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 06 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 26 jul. 2012.

CRUZ, Giseli Barreto da. **A prática docente no cotidiano da sala de aula em face das reformas curriculares**. Cadernos Camilliani, Centro Universitário São Camilo, Espírito Santo, v.8, n. 1, 2007.

FERRARO, Alceu Ravello. **Analfabetismo no Brasil**: desconceitos e políticas de exclusão. Centro de ciências da educação: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/perspectiva/article/viewFile/10086/9311> e <http://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>> Acesso em: 26/06/2012

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodologia de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Scielo, [s.l.], mai,jun,jul,ago 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2012.

HADDAD, Sergio. A ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a02v1235.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2012.

KAPLAN, B.; DUCHON, D. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study. **MIS Quarterly**, v. 12, n. 4, p. 571-586, Dec. 1988.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção docência em formação/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta)

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Carlos Leôncio de Carvalho**. Navegando na história da educação brasileira, UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm#_ftn1> Acesso em: 25 jul. 2012.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por "solidariedade"**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21., 1998, Caxambu. *Trabalhos apresentados...* São Paulo: ANPED, 1998.

MAGAGNA, Beatriz Elaine Picini. EJA- Ensino Fundamental: Uma proposta real. **Revista Diálogos**, Universidade Católica de Brasília,v.1, n.1. Brasília: Universa, 2009.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. *Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa*. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. Scielo, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100007> Acesso em 26 jun. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórica-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum a consciência filosófica. 13ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3º ed rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (org.). **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos – EJA**. Porto Alegre: Pallotti, 2006.

SOEK, Ana Paula. **Fundamento e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Fael, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55374499/Fundamento-e-Metodologia-da-educacao-EJA>> Acesso em: 11 ago. 2012.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO ENTREGUE A EX-ALUNOS DA EJA

Prezado (a) ex-aluno (a) da Educação de Jovens e Adultos,
Por favor, transmita o máximo de sinceridade em suas respostas,
porque serão utilizadas como dados em trabalho acadêmico.

1. Em que ano você estudou no supletivo?
2. Por que você buscou o ensino supletivo?
3. As matérias tinham relação com a sua vida?
4. Utiliza algum conhecimento escolar em seu cotidiano?
5. Como você qualifica o ensino supletivo?
 ruim regular bom ótimo
6. Está empregado?
 sim não
7. Os estudos te auxiliaram a ingressar nesse emprego? Justifique

Obrigada por sua colaboração!

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

OLIVEIRA, Aline Benedita
Teixeira de; LIMA, Martha
Barbosa; PINTO, Eliane
Aparecida Toledo. *Educa-
ção de Jovens e Adultos
(EJA): Perspectivas Meto-
dológicas e Aprendizagem
Significativa*. Mimesis,
Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-
204, 2012.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO ENTREGUE A DOCENTE DA EJA

Prezado Professor,

No trabalho que estamos desenvolvendo para a elaboração de uma pesquisa, precisamos obter algumas informações acerca de sua visão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Solicitamos a sua colaboração para responder às questões abaixo.

Nome:

Formação Profissional:

Tempo que atua no magistério:

Tempo de atuação na EJA:

1. Você fez alguma especialização para trabalhar com a EJA? Qual?
2. O que você entende por EJA?
3. Você trabalha com a EJA fundamentada em algum posicionamento teórico específico? Qual? Por quê?
4. O que você acha dos recursos que utiliza na EJA? Por quê?
5. Qual a sua visão da EJA?
6. Além dos livros didáticos, quais outros recursos são utilizados na EJA? Está faltando algum? Quais?
7. Qual é a realidade socioeconômica dos alunos EJA?
8. Que material didático é utilizado? Ele é coerente com a realidade dos alunos?
Por quê? Funciona como o esperado?
9. Quais as dificuldades encontradas na prática profissional da EJA?
10. Qual a sua sugestão para que o EJA seja completo?

Obrigada por sua colaboração!

